

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	11
---	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	37
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	39
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	40
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	41
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	285.157
Preferenciais	570.314
Total	855.471
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	33.446	29.547	24.693
1.01	Ativo Circulante	20.106	17.385	14.788
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.950	1.626	2.168
1.01.03	Contas a Receber	10.879	11.775	10.018
1.01.03.01	Clientes	10.879	11.775	10.018
1.01.04	Estoques	3.406	2.951	2.304
1.01.06	Tributos a Recuperar	838	665	125
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	838	665	125
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.033	368	173
1.01.08.03	Outros	1.033	368	173
1.02	Ativo Não Circulante	13.340	12.162	9.905
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	12.229	10.999	8.626
1.02.01.03	Contas a Receber	3.751	3.531	2.476
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.751	3.531	2.476
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	8.478	7.468	6.150
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	8.478	7.468	6.150
1.02.03	Imobilizado	1.111	1.163	1.279
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.111	1.163	1.279

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	33.446	29.547	24.693
2.01	Passivo Circulante	34.566	34.538	29.643
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.957	4.498	4.218
2.01.02	Fornecedores	11.083	10.340	10.676
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	11.083	10.340	10.676
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.028	2.033	2.993
2.01.05	Outras Obrigações	14.073	13.800	10.529
2.01.05.02	Outros	14.073	13.800	10.529
2.01.05.02.04	Adiantamentos de Clientes	14.073	13.800	10.529
2.01.06	Provisões	3.425	3.867	1.227
2.01.06.02	Outras Provisões	3.425	3.867	1.227
2.01.06.02.04	Outras Provisões	3.425	3.867	1.227
2.02	Passivo Não Circulante	13.001	2.811	3.510
2.02.02	Outras Obrigações	9.952	0	0
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	9.952	0	0
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	9.952	0	0
2.02.04	Provisões	3.049	2.811	3.510
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.049	2.811	3.510
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	630	635	1.425
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.041	1.182	970
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	378	994	1.115
2.03	Patrimônio Líquido	-14.121	-7.802	-8.460
2.03.01	Capital Social Realizado	90.796	78.433	66.394
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-104.917	-86.235	-74.854

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	132.150	122.914	87.083
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-121.160	-118.098	-84.527
3.03	Resultado Bruto	10.990	4.816	2.556
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-29.984	-15.854	-20.686
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-27.190	-13.686	-19.372
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.794	-2.168	-1.314
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-18.994	-11.038	-18.130
3.06	Resultado Financeiro	312	-343	220
3.06.01	Receitas Financeiras	792	351	540
3.06.02	Despesas Financeiras	-480	-694	-320
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-18.682	-11.381	-17.910
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-18.682	-11.381	-17.910
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-18.682	-11.381	-17.910

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	-18.682	-11.381	-17.910
4.03	Resultado Abrangente do Período	-18.682	-11.381	-17.910

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-9.860	-12.459	-21.421
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-179	-122	-197
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	12.363	12.039	19.252
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.324	-542	-2.366
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.626	2.168	4.534
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.950	1.626	2.168

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	78.433	0	0	-86.235	0	-7.802
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	78.433	0	0	-86.235	0	-7.802
5.04	Transações de Capital com os Sócios	12.363	0	0	0	0	12.363
5.04.01	Aumentos de Capital	12.363	0	0	0	0	12.363
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-18.682	0	-18.682
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-18.682	0	-18.682
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	90.796	0	0	-104.917	0	-14.121

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	66.394	0	0	-74.854	0	-8.460
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	66.394	0	0	-74.854	0	-8.460
5.04	Transações de Capital com os Sócios	12.039	0	0	0	0	12.039
5.04.01	Aumentos de Capital	12.039	0	0	0	0	12.039
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-11.381	0	-11.381
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-11.381	0	-11.381
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	78.433	0	0	-86.235	0	-7.802

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	47.142	0	0	-56.944	0	-9.802
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	47.142	0	0	-56.944	0	-9.802
5.04	Transações de Capital com os Sócios	19.252	0	0	0	0	19.252
5.04.01	Aumentos de Capital	19.252	0	0	0	0	19.252
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-17.910	0	-17.910
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-17.910	0	-17.910
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	66.394	0	0	-74.854	0	-8.460

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	141.139	130.047	92.184
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	140.589	130.623	91.873
7.01.02	Outras Receitas	297	214	38
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	253	-790	273
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-83.786	-70.899	-59.295
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-29.279	-31.131	-19.626
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-35.114	-31.900	-29.177
7.02.04	Outros	-19.393	-7.868	-10.492
7.03	Valor Adicionado Bruto	57.353	59.148	32.889
7.04	Retenções	-231	-237	-225
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-231	-237	-225
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	57.122	58.911	32.664
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	792	351	540
7.06.02	Receitas Financeiras	792	351	540
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	57.914	59.262	33.204
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	57.914	59.262	33.204
7.08.01	Pessoal	59.390	54.132	39.714
7.08.01.01	Remuneração Direta	41.671	39.285	27.496
7.08.01.02	Benefícios	15.537	12.902	10.854
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.182	1.945	1.364
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	16.726	15.817	11.080
7.08.02.01	Federais	12.464	11.837	9.271
7.08.02.02	Estaduais	145	147	152
7.08.02.03	Municipais	4.117	3.833	1.657
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	480	694	320
7.08.03.01	Juros	480	694	320
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-18.682	-11.381	-17.910
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-18.682	-11.381	-17.910

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: De acordo com as determinações legais e estatutárias, apresentamos o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 da Sauipe S.A. (Companhia), acompanhado do relatório dos auditores independentes da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.

Análise do setor

Segundo pesquisa divulgada pelo Conselho Mundial de Viagens e Turismo estima-se que mercado brasileiro de turismo, que contribuiu com US\$ 79 bilhões para o PIB em 2011, deverá apresentar crescimento de 7,8% em 2012. Segundo esta pesquisa esse crescimento é significativamente maior do que outros países da região, como Chile e Colômbia (ambos com crescimento de 4,7%), Argentina e Peru, com 3,7% e 3,6%, respectivamente.

Dados parciais do turismo (até novembro de 2012) do Brasil indicam que o mercado doméstico cresceu 8% quando considerado o volume dos desembarques domésticos no período, enquanto que no mercado internacional o crescimento de desembarques internacionais cresceu 2,8%.

Para o segmento de resorts, um fator foi determinante e influenciou negativamente os resultados, principalmente do segundo semestre: a redução da disponibilidade de vôos pelas companhias aéreas nacionais, que reduziram suas malhas aéreas e aumentaram os preços das passagens, visando maior rentabilidade. O estrangulamento da oferta de vôos refletiu diretamente nos resultados desse mercado, altamente dependente de destinos emissores como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília. Um exemplo desse movimento deu-se com a companhia aérea Gol, que divulgou a informação de que apenas no mês de Dezembro de 2012 reduziu a oferta de assentos em vôos domésticos em 21%, comparativamente ao mesmo período de 2011.

Consolidação do negócio

O ano de 2012 marca o início da fase de consolidação de negócio da Costa do Sauipe. Operando a totalidade dos apartamentos do Complexo, a Companhia desenvolveu e implantou níveis de controle e qualidade superiores aos anos anteriores.

Além destes, a Companhia iniciou um trabalho focado na prevenção de riscos operacionais, considerado estratégico para o negócio. Uma nova metodologia de atendimento dos clientes corporativos foi desenvolvida e novos produtos foram idealizados com foco nesse cliente, a exemplo do início da construção da Arena Sauípe que mereceu adaptações, ampliações e reformas da infraestrutura visando melhorar a experiência e a segurança do cliente.

Em 2012, os eventos temáticos continuaram sendo grandes atrativos para o público, contribuindo significativamente para a taxa de ocupação do ano. Shows como o de Fábio Júnior e Alceu Valença, no Dia das Mães e Dia de São João, respectivamente, levaram para o Complexo um grande número de pessoas, melhorando o perfil de ocupação destes meses. Em sua primeira edição, o Paradise Weekend, garantiu 100% de ocupação durante 3 dias; um evento musical de grande visibilidade que se somou aos já tradicionais Sauípe Folia e SauípeFest, gerando grande incremento de ocupação para o resort.

O ano também foi marcado pela maior aproximação com o trade turístico através de acordos tarifários que refletiram no aumento da taxa de ocupação do complexo ao longo do ano. As vendas através do site e central de atendimento mostraram crescimento em 2012, bem como acordos comerciais como as parcerias firmadas com os postos Ipiranga e o programa de milhagem Smiles. Estas novas formas de comercializar somaram força às tradicionais parcerias com operadoras e agentesturísticos.

Em meio ao desempenho positivo, os altos preços de passagens aéreas, forte concorrência de novos empreendimentos vizinhos, além do mercado emissor de viagens internacionais aquecido, foram fortes opressores e nos afastaram em parte do atingimento dos resultados esperados para o ano.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Desempenho Econômico Financeiro

Em 2012 a receita líquida de R\$ 132 milhões representou aumento de 7,5% comparado com o ano anterior, enquanto o resultado líquido de (R\$ 18,7 milhões) foi 64% pior, sobretudo por conta do arrendamento incorrido em 2012, no montante de R\$ 9,9 milhões, negociado em função dos sinais de continuidade da companhia, proveniente da evolução dos resultados crescentes apurados nos últimos exercícios, entretanto, se comparado o resultado de 2012 'ex-arrendamento', esteria 23% melhor do que o exercício anterior. A taxa de ocupação de 2012 foi 2% superior (+1 ponto percentual) e o Revpar apresentou crescimento de 7,8% comparativamente a 2011, fruto principalmente do desempenho na diária média realizada.

Consultorias e Assessorias

Em conformidade com as disposições da Instrução CVM nº 480/09 a Diretoria declara que a Companhia possui a prática de contratação de serviços de assessoria e consultoria externa para as áreas jurídica, tributária e administrativa, porém, cabe ressaltar que a auditoria das demonstrações financeiras está exclusivamente sob responsabilidade da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., que não presta serviços de consultoria e assessoria em qualquer outra área desta Companhia.

Desenvolvimento Sustentável

Desenvolvimento Sustentável é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. Essa é a definição mais aceita atualmente que surgiu na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas para discutir e propor meios de harmonizar dois objetivos: o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental. Desta forma, a Sauipe S.A. busca, através do Instituto Berimbau, fomentar meios para a sustentabilidade das comunidades do entorno apoiando projetos sociais onde além do desenvolvimento da autonomia intelectual de crianças, com a Escolinha Meninos do Porto, há a promoção econômica de Cooperativas como a Verdecoop e a Coopart, que trabalham com a reciclagem de resíduos e artesanatos locais, respectivamente. Além destes, a Companhia incentiva a produção orgânica com técnicas da Permacultura através da Cooperativa de Agricultores Copevales e procura priorizar a contratação de mão de obra local capacitados pelo *Projeto Qualifica* desenvolvido pelo Instituto Imbassaí.

Perspectivas

Para 2013, esperamos melhorar a percepção de qualidade da nossa infraestrutura e de nossos serviços, capazes de receber e encantar clientes dos mais diversos segmentos, do lazer ao turismo de negócios. O lançamento da Arena Sauipe reforçará nossa vocação para realização de eventos corporativos, esportivos e de grandes shows. O cenário para 2013 ganha contornos positivos quando analisados estudos como o da Intenção de Viagens para o primeiro semestre de 2013, realizado pelo Ministério do Turismo e que demonstra que 69% dos viajantes brasileiros buscarão destinos turísticos nacionais. Também o sorteio das chaves da Copa do Mundo 2014, que acontecerá na Costa do Sauipe no último trimestre de 2013, já vem trazendo visibilidade junto ao público nacional e internacional sem precedentes entre os resorts brasileiros. Novos acordos comerciais nos aproximarão ainda mais de operadores e agentes turísticos e organizadores de eventos, nossos parceiros preferenciais. Os constantes esforços para manutenção de nossas instalações e o treinamento de nossas equipes receberão atenção especial neste ano, garantindo o nível de qualidade esperado por nossos clientes.

Guilherme Sidnei Martini – Diretor Presidente

Marcelo Matusita – Diretor Administrativo-Financeiro

Notas Explicativas

SAUÍPE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

a) Atividade operacional da Companhia

A Sauípe S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Mata de São João, Bahia que tem por objetivo a implantação, desenvolvimento e gerenciamento de complexos turísticos, hotéis e pousadas, no Brasil ou no exterior, abrangendo todas as atividades complementares relacionadas direta ou indiretamente a esta atividade, como a operação de lavanderias, gerenciamento de transportes, comercialização de alimentos e bebidas, promoção de eventos, feiras e congressos, promoção de atividades esportivas e a prestação de serviços de consultoria hoteleira e turística em geral.

A Companhia é responsável pela gestão do Complexo Turístico Costa do Sauípe ("Costa do Sauípe"), pertencente à Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, localizado no município de Mata de São João, no litoral norte da Bahia, em uma região denominada Costa dos Coqueiros. O Costa do Sauípe é o maior complexo hoteleiro do Brasil e está entre os maiores da América Latina, com 5 hotéis com 1.417 quartos e 5 pousadas com 147 quartos.

b) Plano de reestruturação administrativa e financeira

A Administração da Companhia vem implementando ações alinhadas com o seu planejamento estratégico, com apoio do acionista controlador, cujos principais focos concentram-se em:

- Construção de uma nova arena multiuso de grande porte, capaz de sediar grandes eventos ("Arena Sauípe");
- Consolidação dos padrões de qualidade da bandeira "Sauípe";
- Melhoria e consolidação da qualidade e aumento de eficiência operacional;
- Continuidade no processo de aprimoramento dos níveis de governança corporativa e ajuste dos processos de gestão da Companhia;
- Foco em treinamento e certificação de mão-de-obra;
- Consolidação do posicionamento e manutenção do foco no público-alvo;
- Manutenção da proximidade junto a clientes do mercado nacional, regional e abertura de novos mercados internacionais.

Para a consecução do planejamento proposto, no decurso de 2013, o acionista controlador pretende realizar aportes no montante de R\$ 41,3* milhões, sendo R\$ 9,1* milhões para suprimento de capital de giro, R\$ 18,5* milhões para investimento imobiliário e R\$ 13,7* milhões para construção do Centro de Convenções ("Arena Sauípe"). Até janeiro de 2013 já foram liberados R\$ 4,6* milhões para suprimento de capital de giro e R\$ 5,6* milhões para construção do Centro de Convenções ("Arena Sauípe").

*informações não auditadas.

Notas Explicativas

SAUIPE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

(i) Aspectos gerais

A Administração da Companhia entende que a implantação das medidas previstas dentro do período coberto pelo Planejamento Estratégico, juntamente com o suporte financeiro do acionista controlador serão suficientes para colocar a Companhia em posição de lucratividade, rentabilidade e retorno ao acionista superior aos exercícios anteriores.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 20 de março de 2013.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

Notas Explicativas

SAUIPE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

(ii) Principais práticas contábeis--Continuação

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o princípio contábil da competência do exercício. As receitas de vendas e prestação de serviços são registradas pelo valor justo da compensação recebida ou a receber e estão apresentadas líquidas dos impostos incidentes sobre vendas e serviços, dos cancelamentos e abatimentos.

A receita de venda de serviços é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, os serviços foram prestados e é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

b) Tributação

As receitas de vendas de serviços estão sujeitas a impostos e contribuições conforme previsto nas legislações federais, estaduais e municipais. Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos e serviços prestados na demonstração do resultado.

Contribuição para o INSS – desoneração da folha de pagamentos. A Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, dentre outras alterações, desonerou a folha de pagamento das empresas do setor hoteleiro (hotéis e pousadas), entre outros segmentos, modificando a base de cálculo do INSS passando esse a incidir sobre a receita bruta das prestações de serviços pela alíquota de 2% a partir de agosto de 2012, o qual incidia anteriormente sobre a folha de pagamento da Companhia pela alíquota de 20%. Em função das alterações promovidas pela referida Lei, a Companhia entende que o INSS passou a ser um tributo sobre vendas e, conseqüentemente, para fins de divulgação das informações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2012, a receita de vendas está apresentada líquida desse tributo, conforme descrito na nota explicativa nº 15. O ajuste efetuado considera os valores apurados desde a data de vigência estabelecida na referida Lei, ou seja, 01 agosto de 2012.

Notas Explicativas

SAUIPE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

(ii) Principais práticas contábeis--Continuação

c) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos, a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados.

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantidos até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis (iv) disponível para venda e (v) passivos financeiros não mensurados a valor justo.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e partes relacionadas.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, adiantamentos de clientes e partes relacionadas.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e saldos positivos em contas bancárias possuem liquidez imediata, estão classificados como disponíveis para venda, e estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil nas datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

e) Contas a receber de clientes

São classificadas na categoria de empréstimos e recebíveis e estão apresentadas a valores de realização. A provisão para devedores duvidosos é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Notas Explicativas

SAUIPE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

(ii) Principais práticas contábeis--Continuação

f) Estoques

Estão avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o seu valor de mercado. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

g) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação que é calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 7 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

h) Provisão para recuperação ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

i) Outros ativos e passivos

São demonstrados ao valor de realização incluindo, conforme aplicável, ajuste a valor presente ou os correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

Notas Explicativas

SAUIPE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

(ii) Principais práticas contábeis--Continuação

i) Outros ativos e passivos--Continuação

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

j) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as Deliberações CVM nº 547/09, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2)/IAS 7.

k) Demonstrações do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

l) Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação é calculado com base no CPC 41/IAS33. O cálculo do lucro básico por ação é efetuado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período.

Notas Explicativas

SAUIPE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

(ii) Principais práticas contábeis--Continuação

l) Lucro (prejuízo) por ação--continuação

O lucro diluído por ação é calculado através da diluição do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não há diferença entre o cálculo de lucro por ação básico e diluído em função de ações ordinárias potenciais dilutivas.

m) Informações por segmentos

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regulador pelo tomador de decisões operacionais na decisão de alocar recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados, que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimento e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, conclui-se que a Companhia opera em um único segmento operacional de gestão de atividade hoteleira.

(iii) **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos**

Julgamentos

A preparação das demonstrações da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Notas Explicativas

SAUIPE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

(iii) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Estimativas e premissas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a estimativa de vida útil dos bens do imobilizado durante o curso normal das operações, bem como premissas para recuperação do valor residual do imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisão para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo para sua determinação. A administração da Companhia revisa as estimativas e premissas regularmente e entende que não haverá divergências materiais quando da realização dessas estimativas.

3. Pronunciamentos técnicos

a. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2012

As políticas contábeis adotadas em 2012 são consistentes com as adotadas nas demonstrações financeiras do ano anterior, exceto pelas seguintes revisões ao IFRS em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012:

- IAS 12 Impostos de Renda (Revisão) - Impostos Diferidos - Recuperação de Ativos Subjacentes

A revisão esclarece a determinação de cálculo de impostos diferidos sobre propriedade para investimento mensurados a valor justo. Introduz a presunção refutável de que o imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo modelo de valor justo no IAS 40 (CPC 31) deve ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado por meio da venda.

Adicionalmente, introduz a exigência de que o imposto diferido sobre ativos não sujeitos à depreciação que são mensurados usando o modelo de reavaliação da IAS 16 (CPC 27) sempre sejam mensurados com base na venda do ativo. Esta revisão terá vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012. Esta revisão não gerou um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia.

Notas Explicativas

SAUIPE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

3. Pronunciamentos técnicos--Continuação

a. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2012-- Continuação

- IFRS 1 Adoção Inicial das IFRS (Revisão) - Hiperinflação e Remoção de Datas Fixas para Primeira Adoção (Revisão)

O IASB forneceu orientações sobre como uma entidade deve retomar a apresentação de demonstrações terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011. Esta revisão não gerou nenhum impacto sobre a Companhia.

IFRS 7 Instrumentos financeiros - Divulgação — Exigências Maiores para Divulgação de desconhecimentos.

A revisão exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos mas não desconhecidos para permitir que o usuário das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas entenda a relação entre os ativos que não foram desconhecidos e os passivos correspondentes. Adicionalmente, a revisão exige a divulgação sobre o envolvimento contínuo da entidade com os ativos desconhecidos, para permitir que os usuários avaliem a natureza do envolvimento e os riscos relacionados. A norma revisada terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011. A Companhia não possui ativos com essas características, portanto não houve impacto sobre suas demonstrações financeiras.

b. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

- IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras

A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013 e sua aplicação não resultará em alterações significativas nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IAS 19 Benefícios aos Empregados (Emenda)

Tais emendas englobam desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. A Companhia não mantém benefícios pós emprego, benefícios de desligamento e outros benefícios de longo prazo. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.

Notas Explicativas

SAUIPE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

3. Pronunciamentos técnicos--Continuação

b. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012-- Continuação

- IFRS 7 - Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - Revisões da IFRS 7

Essas revisões exigem que uma entidade divulgue informações sobre os direitos à compensação e acordos relacionados (por exemplo, acordos de garantia). As divulgações fornecem informações úteis aos usuários para avaliar o efeito de acordos de compensação sobre a posição financeira de uma entidade. As novas divulgações são necessárias para todos os instrumentos financeiros reconhecidos que são compensados de acordo com a IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação.

As divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos a um contrato principal de compensação ou acordo semelhante, independentemente de serem ou não compensados de acordo com a IAS 32. A revisão entrará em vigor para os períodos anuais em ou após 1º de janeiro de 2013 e só afetará apenas a divulgação e não tem impacto sobre o desempenho ou a situação financeira da Companhia.

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração.

A norma IFRS 9, conforme foi emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB referentes à substituição do IAS 39 e aplica-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros, tal como definido na IAS 39.

A norma inicialmente vigorou para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, contudo, a norma Alterações à IFRS 9 - Data Efetiva da IFRS 9 e Divulgações para Transição, emitida em dezembro de 2011, alterou a data efetiva obrigatória para 1º de Janeiro de 2015. Em fases posteriores, o IASB abordará a contabilidade de instrumentos de hedge e a redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A adoção da norma não resultará em impactos significativos na Companhia.

- IFRS 13 – Mensuração de Valor Justo.

A IFRS 13 estabelece uma única fonte de orientação nas IFRS para todas as mensurações do valor justo. A IFRS 13 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com as IFRS, quando o valor justo é exigido ou permitido. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta norma.

Notas Explicativas**SAUIPE S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

3. Pronunciamentos técnicos--Continuação**b. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012--
Continuação**

Outras normas, alterações de normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB/ IFRIC que ainda não estão em vigor para o exercício de 2012, porém não são aplicáveis às operações da Companhia e não produzirão impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2012	2011
Caixa	71	51
Depósitos bancários a vista	3.879	1.575
Total	3.950	1.626

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

A aplicação financeira corresponde a operação realizada com instituição que opera no mercado nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, baixo risco de crédito, remuneração 100% pelo CDI – Certificado de Depósitos Interbancários e com liquidez imediata.

5. Contas a receber de clientes

	2012	2011
Hóspedes, operadoras, agências e hotéis	9.415	11.592
Cartões de crédito	2.328	1.300
	11.743	12.892
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(864)	(1.117)
Total	10.879	11.775

Notas Explicativas**SAUÍPE S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

5. Contas a receber de clientes--Continuação

A composição das contas a receber por idade de vencimento em 31 de dezembro de 2012 pode ser assim demonstrada:

	Hóspedes e hotéis operadora e agências	Cartões de crédito	Total
a Vencer	8.187	2.328	10.515
Até 30 dias	250	-	250
De 31 a 60 dias	70	-	70
De 61 a 90 dias	44	-	44
De 91 a 120 dias	-	-	-
Acima de 120 dias	864	-	864
	9.415	2.328	11.743
PDD	(864)	-	(864)
Total	8.551	2.328	10.879

A seguir é demonstrada a movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa:

Em 31 de dezembro de 2010	(327)
Adições	(1.280)
Baixa de contas a receber incobráveis	490
Em 31 de dezembro de 2011	(1.117)
Adições	(320)
Baixa por perda	320
Baixa por liquidação	253
Em 31 de dezembro de 2012	(864)

6. Estoques

	2012	2011
Alimentos e bebidas	2.133	1.944
Material de expediente e limpeza	274	250
Artigos para hóspedes	384	216
Material para manutenção	441	356
Outros	174	185
Total	3.406	2.951

SAUÍPE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

7. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	2011			2012		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor liquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor liquido
Máquinas, equipamentos e instalações	10%	783	(297)	486	879	(401)	478
Benfeitorias	10%	924	(876)	48	924	(887)	37
Computadores e periféricos	20%	654	(567)	87	668	(601)	67
Móveis e utensílios	10%	925	(434)	491	994	(515)	479
Outros	20%	94	(43)	51	94	(44)	50
Total		3.380	(2.217)	1.163	3.559	(2.448)	1.111

SAUÍPE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

7. Imobilizado--Continuação

	Máquinas equipamentos e instalações	Benfeitorias	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Outros	Total
Custo						
Em 31 de dezembro de 2010	682	924	648	914	90	3.258
Adições	101	-	6	11	4	122
Em 31 de dezembro de 2011	783	924	654	925	94	3.380
Adições	96	-	14	69	-	179
Em 31 de dezembro de 2012	879	924	668	994	94	3.559
Depreciação						
Em 31 de dezembro de 2010	(204)	(865)	(511)	(353)	(46)	(1.979)
Despesa de depreciação no exercício	(93)	(11)	(56)	(81)	3	(238)
Em 31 de dezembro de 2011	(297)	(876)	(567)	(434)	(43)	(2.217)
Despesa de depreciação no exercício	(104)	(11)	(34)	(81)	(1)	(231)
Em 31 de dezembro de 2012	(401)	(887)	(601)	(515)	(44)	(2.448)
Valor residual líquido						
Em 31 de dezembro de 2012	478	37	67	479	50	1.111
Em 31 de dezembro de 2011	486	48	87	491	51	1.163

Notas Explicativas**SAUIPE S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

8. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis e depósitos judiciais

	2012		2011	
	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão
Fiscais (a)	1.312	630	1.312	635
Trabalhistas (b)	433	2.041	213	1.182
Cíveis (b)	-	378	-	994
TTS (c)	2.006	-	2.006	-
Total	3.751	3.049	3.531	2.811

Movimentação das provisões:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.182	994	635	2.811
Adições	1.394	53	78	1.525
Baixas	(535)	(669)	(83)	(1.287)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	2.041	378	630	3.049

a) Riscos fiscais

As principais ações fiscais referem-se a:

(i) Execução Fiscal nº 1952891/2008 ajuizada em 2008 tendo como objeto a cobrança de débitos inscritos na dívida ativa relativos ao não recolhimento de IRRF, COFINS e PIS incidentes sobre aplicações financeiras, no montante de R\$ 1.416, para os quais a Companhia efetuou depósito judicial no valor de R\$ 1.312.

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento de Débitos Fiscais instituído pela Lei nº 11.941/09 e em 30 de junho de 2011 foi efetuada consolidação da dívida pela Receita Federal, sendo homologados os abatimentos de R\$ 69 e R\$ 363, e a dívida parcelada em 180 meses. O saldo referente ao montante parcelado foi reclassificado para a rubrica impostos a recolher no passivo circulante, pois a Companhia tem a expectativa de efetuar a conversão do depósito judicial no montante R\$ 1.312 em renda a favor da União, a partir de março de 2013.

(ii) Auto de infração 13502.001329/2010-69 (DEBCAD 37.299.216-1) no montante de R\$ 121 cujo objeto é a cobrança de contribuições destinadas à outras entidades e fundos (SESI, SENAI, SEBRAE, INCRA e salário educação), calculadas mediante aplicação da alíquota de 5,8% sobre parcelas consideradas pela Receita Federal sobre verbas de suposta natureza salarial, a exemplo de Previdência Privada, Plano de Saúde, Ticket Refeição e Treinamento e Cursos, além de apuração de diferenças relativas à contribuições incidentes sobre folha de pagamento.

Notas Explicativas

SAUÍPE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

8. Provisão para processos fiscais, trabalhistas e cíveis e depósitos judiciais--Continuação

a) Riscos fiscais--Continuação

Em novembro de 2010, a Companhia apresentou defesa administrativa e requereu o desmembramento do crédito tributário para que lhe fosse concedido o direito de parcelar as contribuições relativas à diferenças da folha de pagamento, que representavam à época da autuação aproximadamente R\$ 3, e apresentou defesa em relação às matérias residuais, que se encontra pendente de julgamento. O parcelamento foi concedido e quanto aos temas residuais a estimativa de perda dos consultores jurídicos é provável no montante de R\$ 128, o qual encontra-se provisionado.

(iii) Auto de infração 13502.001330/2010-93 (DEBCAD 37.277.888-7) no montante de R\$ 555, tem como objeto contribuições previdenciárias patronais (20%) e SAT-Seguro de Acidente do Trabalho (1%), cobradas pela Receita Federal sobre verbas de suposta de natureza salarial, a exemplo de Previdência Privada, Plano de Saúde, Ticket Refeição e Treinamento e Cursos, além de apuração de diferenças relativas às contribuições incidentes sobre folha de pagamento, contribuições incidentes sobre remuneração paga a autônomos e diferenças de acréscimos legais. Em novembro de 2010, a Companhia apresentou defesa administrativa e requereu o desmembramento do crédito tributário para que lhe fosse concedido o direito de parcelar as contribuições relativas à diferenças de folha de pagamento, contribuições incidentes sobre remuneração de autônomos e diferenças de acréscimos legais, que representavam à época da autuação aproximadamente R\$ 41, e apresentou defesa em relação às matérias residuais, que se encontra pendente de julgamento, representando à época da autuação o valor histórico de aproximadamente R\$ 235. O parcelamento foi concedido e zerado para as rubricas solicitadas no saldo do DEBCAD 37.277.888-7. A estimativa de perda dos consultores jurídicos é provável para as rubricas que ainda estão em discussão administrativa por isso a Companhia mantém provisão de R\$ 475.

b) Processos cíveis e trabalhistas

O total de processos trabalhistas e cíveis cujas expectativas de perdas foram consideradas como prováveis pelos consultores jurídicos da Companhia em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 2.041 e R\$ 378, respectivamente (R\$ 1.182 e R\$ 994 em 31 de dezembro de 2011), em função de novos processos trabalhistas e também decorrente da mudança de probabilidade dos processos cíveis.

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Notas Explicativas

SAUIPE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

8. Provisão para processos fiscais, trabalhistas e cíveis e depósitos judiciais--Continuação

c) Taxa de Turismo Sustentável

Os depósitos referem-se ao Mandado de Segurança Preventivo Coletivo nº 0002068-86.2009.805.0164, impetrado pelo Sindicato dos Hotéis e Pousadas de Mata de São João – SINDIHMAT, enquanto substituto processual, para ver afastada a incidência da Taxa de Turismo Sustentável – TTS, instituída por meio da Lei nº 397/09 do Município de Mata de São João. Tal Lei criou a referida taxa, supostamente destinada a manutenção das condições ambientais e ecológicas do Município, incidindo sobre a permanência de pessoas na área sob jurisdição Municipal.

Através do Mandado de Segurança, foi deferida uma liminar suspendendo os efeitos da TTS, assim o procedimento adotado pela Companhia até novembro de 2011 foi informar aos hóspedes acerca da TTS e questionar-lhes sobre o pagamento ou não do tributo. Nos casos em que os hóspedes concordaram com o pagamento da taxa, os valores arrecadados foram depositados judicialmente nos autos do Mandado de Segurança acima referido.

O Tribunal de Justiça do Estado da Bahia julgou procedente a Ação Declaratória de Inconstitucionalidade – ADIN nº 0008452-38.2010.805.0000-0, ajuizada pelo Ministério Público do Estado da Bahia em face da Lei nº 397/2009, instituidora da TTS, declarando a inconstitucionalidade da TTS por sua afronta expressa à Constituição Federal de 1988 e à Constituição do Estado da Bahia.

A decisão da ADIN é um reforço para o entendimento defendido acerca da sua inconstitucionalidade da TTS. Acreditamos que a TTS será, enfim, afastada do ordenamento jurídico, quando da confirmação do julgamento da ADIN, assim a Companhia adotou a postura de não mais cobrar dos hóspedes o valor da referida taxa e aguarda o julgamento do Mandado de Segurança Coletivo ou da ADIN, para efetuar a reversão dos depósitos judiciais realizados até novembro de 2011.

d) Processos avaliados como perda possível

A Companhia possui processos de natureza trabalhista, tributária e cível nas quais é ré, classificados pela Administração, consubstanciada na opinião dos seus consultores jurídicos, como perda possível nos montantes de R\$ 3.011, R\$ 1.376 e R\$ 1.648 respectivamente, para os quais nenhuma provisão foi constituída.

Notas Explicativas**SAUÍPE S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

9. Partes relacionadas

<u>Saldos</u>		<u>2012</u>	<u>2011</u>
Ativo não circulante			
Previ - Condomínio Costa do Sauípe	(a)	8.478	7.468
Saldos			
Passivo não circulante			
Previ	(b)	9.952	-

- (a) Saldo referente a valores a receber entre a Companhia e a Previ relativo ao pagamento de obrigações do extinto Condomínio Costa do Sauípe realizado pela Companhia. Esses valores não estão sujeitos a atualização monetária e não possuem prazo de pagamento.
- (b) Contrato de arrendamento pela locação do imóvel e benfeitorias que compõem a Costa do Sauípe. Conforme descrito na nota explicativa nº 14, a Companhia tem por obrigação pagar à PREVI o valor correspondente a um percentual do resultado líquido apurado pela Companhia, observando o regime de competência com base em apurações mensais (se o resultado for positivo).

Remuneração aos administradores:

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, os 3 (três) Administradores da Companhia receberam remuneração, a título de honorários, no montante de R\$ 1.742 (2011 - R\$ 1.920), sendo contabilizadas como honorários dos administradores. Não ocorreram benefícios adicionais aos administradores.

10. Passivo a descoberto**a) Capital social**

A composição do capital em 31 de dezembro de 2012 e 2011 está demonstrada a seguir:

	<u>2012</u>		<u>2011</u>	
<u>Ações</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Capital</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Capital</u>
Ordinárias	285.157.172	30.277	244.819.676	26.156
Preferenciais	570.313.545	60.519	489.638.553	52.277
Total	855.470.717	90.796	734.458.229	78.433

Notas Explicativas

SAUÍPE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

10. Passivo a descoberto--Continuação

a) Capital social--Continuação

Em 2012, o acionista controlador PREVI efetuou aumento de capital, no montante de R\$ 12.363, através da subscrição de 121.012.488 ações sendo 40.337.496 ações ordinárias e 80.674.992 ações preferenciais, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente baseadas no valor de emissão de R\$ 0,102159 reais.

b) Direitos das ações

Cada ação ordinária tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

As ações preferenciais não terão direito a voto, porém, terão prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia e direito a um dividendo pelo menos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

As ações participarão dos dividendos do exercício em que forem emitidas da seguinte forma: (i) as ações subscritas até 30 de junho de cada exercício farão jus aos dividendos integrais do referido exercício social; (ii) as ações subscritas a partir de 1º de julho de cada exercício farão jus a metade dos dividendos distribuídos no referido exercício social.

11. Adiantamento de clientes

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui saldo de adiantamento de clientes no montante de R\$ 14.073 (2011 - R\$ 13.800) relativo ao recebimento antecipado de clientes realizado à Sauipe sem que tenha havido a realização do serviço.

12. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2012, aproximadamente aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

Notas Explicativas

SAUÍPE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

12. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possuía contrato de derivativos vigente, nem operou com derivativos durante o exercício. Os critérios, premissas e limitações relativas ao cálculo dos valores de mercado estão descritos como segue:

- Caixa e equivalentes de caixa – estão apresentados a seu valor de mercado que equivalem ao seu valor contábil.
- Contas a receber de clientes – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- Adiantamentos de clientes – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- Partes relacionadas – decorrem das transações da Companhia com o acionista controlador, com a finalidade principal de financiar o capital de giro da Companhia. São classificados como empréstimos e recebíveis ou passivo financeiro não mensurado a valor justo.

Fatores de risco:

Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia vem monitorando as contas a receber de clientes (vide nota explicativa nº 5).

Notas Explicativas**SAUÍPE S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

12. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--ContinuaçãoRisco de liquidez

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012	Imediato	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Total
Fornecedores	408	10.677	-	11.083
Outras contas a pagar	952	2.473	-	3.425
Total	1.360	13.150	-	14.508

Gestão do capital

O objetivo da Companhia ao administrar o seu capital é o de salvaguardar a continuidade de suas operações pela sua potencialidade de geração de benefícios futuros. Aliado a isto, a Companhia conta com suporte financeiro de seu acionista controlador para dar cumprimento ao seu plano de investimento e suprimento de capital giro, que em 2012 foi de R\$ 21,8 milhões, visando colocar a Companhia em posição de lucratividade e retorno ao acionista em níveis superiores aos exercícios anteriores.

13. Prejuízos fiscais a compensar

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social os quais são disponíveis para futuras compensações no montante de R\$ 87.966 (2011 - R\$ 71.813) cujo imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$ 21.992 mil (2011 - R\$ 17.953) e R\$ 7.917 (2011 - R\$ 6.463), respectivamente não foram registrados em decorrência da inexistência de expectativa de geração de lucros tributários nos exercícios subsequentes.

14. Arrendamentos operacionais

A Companhia e a sua controladora, PREVI, estão em processo de negociação para celebração de um novo contrato de Arrendamento para a inclusão das demais unidades hoteleiras (Sauipe Park, Sauipe Class, Sauipe Premium, Sauipe Fun, e Sauipe Club) no escopo do contrato de gestão da Companhia. Durante o ano de 2012, a remuneração mensal devida por Sauípe em favor da PREVI, a título de contraprestação pela posse e exploração comercial do Resort Costa do Sauípe e instalações corresponde a um percentual do valor positivo apurado sobre o resultado líquido da Companhia, antes das despesas com arrendamento, imposto de renda, contribuição social, na forma e condições a seguir disciplinadas:

- a) Meses com resultado líquido igual ou superior a R\$ 2.500 (dois milhões e quinhentos mil reais), o cálculo do valor do arrendamento será o equivalente a 90% (noventa por cento) deste resultado;

Notas Explicativas**SAUIPE S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

14. Arrendamentos operacionais--Continuação

- b) Meses com resultado líquido igual ou inferior a R\$ 2.499 (dois milhões quatrocentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos), o cálculo do valor do aluguel será o equivalente a 70% (setenta por cento) deste resultado;
- c) Meses com resultado líquido negativo não geram apuração de arrendamento.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou o montante de R\$ 9.952 a pagar à Previ referente ao arrendamento.

15. Receita operacional líquida

	2012	2011
Receita de serviços	140.886	130.838
- Receita de hospedagem	124.197	114.973
- Outras receitas	16.689	15.865
(-) Deduções da receita	(8.736)	(7.924)
Cofins	(4.855)	(4.580)
PIS	(1.052)	(993)
ISS	(1.324)	(1.270)
INSS	(1.069)	-
Outros	(436)	(1.081)
	132.150	122.914

16. Receitas (despesas) operacionais

	2012	2011
Gerais e administrativas		
Marketing e vendas	(4.309)	(4.388)
Condomínio/Arrendamento (a)	(9.998)	(171)
Fundo de reservas para investimentos (b)	(1.411)	1.182
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(823)	(174)
Comunicação	(1.020)	(799)
Gastos com informática	(768)	(1.120)
Créditos incobráveis	(319)	(790)
Aluguéis de equipamentos	(788)	(532)
Viagens	(831)	(825)
Seguros	(195)	(245)
Transportes	(1.274)	(1.575)
Fardamento	(567)	(258)
Despesas legais	(518)	(362)
Gastos gerais	(2.396)	(1.471)
Total	(25.217)	(11.528)

Notas Explicativas**SAUÍPE S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

16. Receitas (despesas) operacionais--Continuação

a) Do montante, o equivalente a R\$ 9.952 refere-se a contraprestação do arrendamento calculado com base no mencionado na nota explicativa nº 14.

b) Fundo de reserva para investimentos FF&E

O objetivo do fundo de reserva para investimento é a manutenção, substituição e adição dos aparelhos e equipamentos integrantes das instalações da Costa do Sauípe, sendo esses de propriedade da controladora PREVI. As contraprestações a título de Fundo de Reserva para Investimentos devem ser assumidas pela Companhia, caso os hotéis tenham perda operacional bruta, conforme definido em contrato de arrendamento. No exercício de 2011, a Companhia recebeu um reembolso de R\$1.182 por parte da acionista controladora PREVI, por isto o saldo da conta ficou credor.

	2012	2011
Despesas financeiras		
Juros	(198)	(349)
Despesas bancárias	(166)	(240)
Variação cambial	(88)	(70)
Outras despesas financeiras	(28)	(35)
Despesas financeiras	(480)	(694)
	2012	2011
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	74	19
Rendimento de aplicação	320	269
Juros	357	40
Variação cambial	41	22
Receitas financeiras	792	351
	2012	2011
Outras, líquidas		
IPTU	(2.688)	(2.453)
Outras	(106)	285
Outras líquidas	(2.794)	(2.168)

Notas Explicativas**SAUÍPE S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

17. Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Os ativos cobertos pelas apólices englobam todos os estabelecimentos da Costa do Sauípe, bem como escritórios acessórios. As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2012, as especificações por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, cuja vigência é de 28/12/12 à 28/12/13, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Riscos cobertos	Modalidade	Limite Máximo de Indenização
Incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, e outros danos físicos aos imóveis	Riscos nomeados e operacionais	196.421
Lucros Cessantes / Despesas fixas	Riscos nomeados e operacionais	112.800
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil geral	10.750
Danos morais	Responsabilidade civil geral	2.150

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Sauipe S.A.
Mata de São João – BA

Examinamos as demonstrações financeiras da Sauipe S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sauipe S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 1, que indica que em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentava patrimônio líquido negativo de R\$ 14.121 mil e capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 14.460 mil. Essa condição indica a existência de incerteza que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal de seus negócios, levando-se em conta que os planos da Administração comentados na nota explicativa 1 sejam executados com êxito e, portanto, não incluem ajustes em ativos e passivos decorrentes de uma Companhia com impossibilidade de continuidade.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Salvador (BA), 20 de março de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.

CRC-2 SP 015199/O-6-F-BA
Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC 1BA-022.650/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Sauípe S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. Com base nos exames efetuados, considerando ainda o Parecer dos Auditores Independentes – Ernst & Young Auditores Independentes S.S., datado de 20 de março de 2013 bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela AGO - Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas.

Mata de São João (BA), 20 de março de 2013.

Antonio Francisco Costa
Conselheiro

Nelson Mascarenhas Rezende
Conselheiro

Carlos Alberto Valério
Conselheiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA
REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2013

I. Data, Hora e Local:

Às 10:00 horas do dia 20 de março de 2013, na Sede da Companhia, Rodovia BA, 099, KM 76, Linha Verde, Mata de São João-BA.

II. Presença:

Guilherme S. Martini
Marcelo Matusita
Mark S. Campbell Júnior

III. Ordem do Dia:

1) Apresentações das Demonstrações Financeiras de 2012.

IV. Deliberação tomada por unanimidade:

Após exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, bem como do relatório sem ressalvas da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., a Diretoria deliberou, por unanimidade e em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução nº 480/09, da Comissão de Valores Mobiliários, declara que:

- a) Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no Relatório emitido pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes; e
- b) Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

V. Encerramento:

Nada mais havendo a tratar e ninguém desejando manifestar-se, encerraram-se os trabalhos, lavrando-se esta Ata que, lida e aprovada, foi por todos assinada. Mata de São João/Ba, 20 de novembro de 2012.

Diretores: Guilherme S. Martini; Marcelo Matusita e Mark S. Campbell Júnior. Secretariou a reunião: Marcelo Matusita

Guilherme Martini
Diretor Presidente

Marcelo Matusita
Diretor Administrativo Financeiro

Mark Campbell
Diretor de Operações

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA
REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2013

I. Data, Hora e Local:

Às 10:00 horas do dia 20 de março de 2013, na Sede da Companhia, Rodovia BA, 099, KM 76, Linha Verde, Mata de São João-BA.

II. Presença:

Guilherme S. Martini
Marcelo Matusita
Mark S. Campbell Júnior

III. Ordem do Dia:

1) Apresentações das Demonstrações Financeiras de 2012.

IV. Deliberação tomada por unanimidade:

Após exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, bem como do relatório sem ressalvas da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., a Diretoria deliberou, por unanimidade e em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução nº 480/09, da Comissão de Valores Mobiliários, declara que:

- a) Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no Relatório emitido pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes; e
- b) Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

V. Encerramento:

Nada mais havendo a tratar e ninguém desejando manifestar-se, encerraram-se os trabalhos, lavrando-se esta Ata que, lida e aprovada, foi por todos assinada. Mata de São João/Ba, 20 de novembro de 2012. Diretores: Guilherme S. Martini; Marcelo Matusita e Mark S. Campbell Júnior. Secretariou a reunião: Marcelo Matusita

Guilherme Martini
Diretor Presidente

Marcelo Matusita
Diretor Administrativo Financeiro

Mark Campbell
Diretor de Operações